



## **Mobilização Social na Rede: Internet como Ferramenta de Mobilização Social para o Plano Diretor Participativo <sup>1</sup>**

Márcio Simeone HENRIQUES<sup>2</sup>  
Leandro Bornacki de MATTOS<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais

### **RESUMO**

A elaboração do Plano Diretor Participativo pelos municípios representa um elemento de inovação institucional democrática, visando dotá-los de um instrumento de engajamento da população durante a construção do processo. Neste sentido, é reservado um papel crucial para a mobilização social, garantindo a natureza participativa do Plano Diretor, ao disponibilizar canais e instrumentos capazes de propiciar a transmissão de informações e espaços para o debate público. A Internet surge então como uma alternativa aos meios convencionais de comunicação, possibilitando a criação e o estabelecimento de fóruns de deliberação *on line*. Neste trabalho é relatada a experiência de criação de uma comunidade no sítio de relacionamentos Orkut para o PDP do município de Virgem da Lapa, em Minas Gerais e os resultados de uma pesquisa com o objetivo de verificar a efetividade desse instrumento no processo.

**Palavras-chave:** Mobilização social – Internet - Democracia

### **Introdução**

O surgimento e a evolução da Internet tem suscitado intensos debates acerca da sua utilização política, seja em termos da mobilização social em torno das mais variadas causas, seja quanto à sua utilização em processos de deliberação e tomada de decisão em processos participativos. De qualquer modo, novas ferramentas abrem novas possibilidades de interação e é razoável entendermos que uma mudança nos padrões de relacionamento tende também a alterar as formas de engajamento dos cidadãos nas variadas questões políticas que constituem uma esfera de debate e deliberação pública.

No contexto de uma inovação institucional democrática no Brasil, entendido como o processo de instituição de fóruns que possibilitam a participação civil nos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Inovcom, evento componente do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. e-mail: simeone@fafich.ufmg.br

<sup>3</sup> Bacharel em Publicidade e Propaganda e Graduando em Relações Públicas pelo Curso de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. e-mail: leandro-bornacki@ufmg.br



negócios públicos, vêm-se as agências governamentais diante da demanda de estabelecer com os cidadãos um novo modelo de relacionamento – de comunicação pública – que não se limita apenas à difusão de informações, mas, como observa Pierre Zémor (1995), estende-se também para estratégias de fomento ao próprio debate cívico e à sustentação dessas instâncias de interlocução.

Neste trabalho destacamos uma experiência de comunicação, parte integrante de um rol de ações estratégicas para o suporte prestado à elaboração e implantação do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Virgem da Lapa (Minas Gerais). A partir do diagnóstico de comunicação para o processo de mobilização social instituído com o PDP, foi elaborado um plano de ações valendo-se da adoção da Internet – mais especificamente a criação de uma comunidade no sítio de relacionamentos Orkut – como instrumento de estímulo à participação e à discussão dos problemas da cidade entre jovens. O objetivo do estudo, sustentado em pesquisa de caráter preliminar, foi o de verificar o impacto e a efetividade desse instrumento no desenvolvimento do PDP.

O trabalho se baseia na participação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como orientadora do processo, por meio de convênio firmado entre a Prefeitura de Virgem da Lapa e a Universidade, através do Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. O projeto de extensão é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar do núcleo de Arquitetura e Urbanismo, composta por alunos do Programa de Internato Curricular (PIC-EEUFMG) da Escola de Engenharia e alunos do Centro de Treinamento, Experimentação e Prestação de Serviços (CETEPS) da Escola de Arquitetura, com a participação de alunos do curso de Comunicação Social.

### **Natureza participativa do Plano Diretor e inovação institucional democrática**

A complexificação do regime democrático brasileiro - de um modelo unicamente representativo para moldes participativos – se dá pelo estabelecimento de uma nova gramática social, caracterizada pelo surgimento e, conseqüentemente, pela adoção de novas práticas que proporcionam o estabelecimento de novas relações entre a sociedade e o Estado. Para dar conta desse novo tipo de relacionamento, a administração pública se vê diante da necessidade de reconfiguração. Trata-se de um processo de criação e incorporação de espaços de interlocução com a sociedade, por meio da instituição de fóruns que possibilitem a participação civil nos negócios públicos, denominado por “inovação institucional democrática” (AVRITZER, 1994).



Desde a Constituição Federal de 1988 estão previstas formas de exercícios de cidadania baseadas na participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e na sua própria execução, com a instituição de diversos fóruns e instrumentos fomentadores. Nesse sentido, por exemplo, ganharam projeção na década de 1990 as experiências de orçamento participativo em vários municípios brasileiros e, recentemente, em 2001, com a regulamentação do Estatuto da Cidade<sup>4</sup>, a determinação de elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP).

Com o objetivo primordial de estabelecer, de forma democrática e sustentável, como a propriedade e a cidade cumprirão sua função social, acredita-se que o Plano Diretor é um importante instrumento para o planejamento e a gestão dos municípios. A expectativa é que, em sua elaboração e implementação, seja alcançada a participação efetiva de todos os cidadãos para que possam entender e interferir nos processos decisórios sobre os mecanismos e instrumentos de gestão e planejamento urbano. Além disso, constitui-se numa oportunidade para que a população conheça a realidade do espaço em que vive e ajude a reverter o quadro de desigualdade instituído, a prevenir a degradação ambiental e implantar um instrumento que visa o desenvolvimento sustentável das potencialidades da cidade.

Ao se democratizar o processo, é esperada a transformação do planejamento da ação municipal em trabalho compartilhado entre cidadãos e assumido por esses, bem como o comprometimento e a co-responsabilidade no processo de construção do Plano Diretor. Para tanto, a metodologia de elaboração, nos termos do Estatuto da Cidade, ressalta sua natureza participativa, caracterizada pela definição de instrumentos como a produção da Leitura Participativa da Cidade, em substituição a um diagnóstico meramente técnico. Realizada na primeira fase do processo, a leitura se compõe de olhares diversos sobre a mesma realidade, por meio da interposição do entendimento técnico, resultante da Leitura Técnica, com a Leitura Comunitária, formatada considerando os pontos de vista dos diversos segmentos sócio-econômicos que integram a cidade.

Em decorrência desse caráter participativo, é imperativo, mais do que ouvir e captar as demandas, que os próprios cidadãos validem os diagnósticos realizados e deliberem – através de audiências e conferências públicas - sobre as propostas que serão incluídas em Lei. Além disso, há que se considerar outros dois grandes problemas: de

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo parâmetros e diretrizes da política urbana brasileira.



um lado, o de explicar ao público o que é o Plano Diretor, sua natureza participativa, seu formato institucional, as possibilidades de intervenção civil no diagnóstico e no planejamento; de outro lado, o de tornar disponíveis informações muito variadas sobre a enorme diversidade de temas públicos que são objeto de planejamento, instruindo a discussão e a deliberação. Processos deliberativos amplos como este requerem, segundo James Bohman, “complexas séries de intercâmbios entre o público e as instituições políticas de todos os tipos” e é precisamente este o maior desafio para a deliberação pública (BOHMAN, 1996, p.187).

Torna-se perceptível, diante do avanço da democracia participativa e da inovação institucional por parte do Estado, que no campo das relações públicas, tal mudança implica na migração de um modelo de comunicação organizacional baseado na difusão de informações em larga escala para um novo padrão de relacionamento, fundamentado no princípio da interlocução com públicos diversificados e localizados.

## **Comunicação para mobilização social na elaboração do Plano Diretor**

### **Participativo**

Conforme destacado acima, a democratização do processo de elaboração e implantação do PDP busca alcançar a participação efetiva da sociedade civil não só durante a fase de elaboração do plano; tal comprometimento e nível de coresponsabilidade devem ser mantidos com a implantação e o monitoramento do Plano Diretor durante as gestões municipais.

Por isso é fundamental a ação estruturada de mobilização social, como assinala o Ministério das Cidades no manual para elaboração do PDP pelos municípios e cidadãos, com “a instituição de canais de participação, com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados”. Ainda segundo o guia, a participação pode ocorrer em três níveis quanto ao envolvimento com o processo: o Núcleo Gestor, os multiplicadores e a população como um todo (BRASIL, 2004, p.43).

A mobilização inicia-se com a articulação e integração das diversas áreas da administração municipal e entidades da sociedade, identificando as lideranças locais e qualificando-as para comporem o Núcleo Gestor. Preparação que deve ser estendida, no desenrolar do processo, para as demais esferas de participação, a começar pelos multiplicadores – lideranças locais, associações e entidades – por meio de ampla disponibilidade de informações e visibilidade da causa até alcançar a população.



Para isso, o Núcleo Gestor, além de suas atribuições de conduzir e monitorar o processo de elaboração do Plano Diretor deve instituir um processo de comunicação capaz de divulgar o PDP e chamar a população a participar de todas as etapas do processo, da concepção ao monitoramento. Participação que deve ser estimulada para além dos instrumentos participativos e deliberativos previstos no Estatuto da Cidade, como conferências e audiências públicas.

É estritamente necessário, portanto, alterar as ferramentas do diálogo e trabalhar com outras linguagens - simbólicas, lúdicas e corporais - que coadunem com as múltiplas faces culturais pertinentes aos vários segmentos de públicos. Somente dessa forma haverá a real e efetiva participação também de quem está historicamente excluído dos processos decisórios, seja porque ao longo dos anos introjetaram atitudes de submissão ou estão marginalizados socialmente da esfera deliberativa.

Nesse sentido, fica latente assentar-se num paradigma comunicacional focado na promoção da cidadania e na participação que, além de

garantir aos cidadãos o direito de informação (...) [deve] oferecer aos cidadãos a possibilidade de exprimir de maneira ativa e substancial os direitos de cidadania, a fim de se tornarem co-responsáveis pela solução dos problemas de interesse geral (GRANDI, 2002, *apud* HASWANI, 2006, p. 34-35).

Em outras palavras, Novelli (2006) ressalta a necessidade de adoção de instrumentos comunicacionais que garantam não só a transparência das ações públicas, mas também

suas potencialidades de participação efetiva por meio de reuniões e encontros, presenciais e virtuais, que viabilizem a troca de informações e a expressão das opiniões (NOVELLI, 2006, p.88).

Configura-se assim um desafio viabilizar e efetivar instrumentos e mecanismos democráticos de comunicação durante a mobilização no processo de gestão democrática. A utilização da Internet ainda é algo pouco avaliado e não há muito acordo sobre seu impacto e a sua importância em relação à promoção da participação política, do engajamento cívico e sua capacidade de fomentar e estreitar laços comunitários. Mas é fato incontestável que vem sendo cada vez mais utilizada como um canal de comunicação entre cidadãos e destes com a esfera política formal no que se refere à visibilidade e à discussão dos mais variados temas de interesse público. E também não se pode negar que, por sua própria dinâmica, a Internet instaura padrões de interação



diferentes dos meios de comunicação anteriores. Especialmente importante é a capacidade de instalação de comunidades virtuais, não mais como as comunidades baseadas nas lealdades tradicionais (WELLMAN & GULIA, 1999).

Um ponto importante a investigar é se a utilização dos dispositivos que permitem a instituição de comunidades virtuais pode ou não gerar vínculos fortes de solidariedade e de co-responsabilidade entre os sujeitos – que, segundo Henriques et. al. (2004) são essenciais para o processo de mobilização social. O problema fundamental está em verificar a relação que se produz entre o uso desses dispositivos e o capital social de uma dada comunidade. O papel das ferramentas *on line* pode, assim, variar de uma perspectiva em que a interação por este meio pode por si só prover um incremento no capital social, elevando as possibilidades de geração de vínculos ou apenas significar um reforço que complementa o montante de capital social que se gera e acumula na comunidade por outros meios, dependendo das condições sociais e políticas. Uma questão crucial é avaliar a relação que se estabelece entre comunidades virtuais e as interações *off-line*, o potencial para o engajamento dos cidadãos em questões políticas por este meio. Para Ester & Vinken (2003, p.675), o impacto da Internet no envolvimento da sociedade civil é ainda enquadrado na perspectiva dos indicadores tradicionais de engajamento, mas observam que para uma grande parte das jovens gerações, a sociedade civil é hoje um fenômeno global, com recursos *on line* para manter capital social e confiança, sugerindo a necessidade de uma visão mais contemporânea.

### **O suporte de comunicação para o PDP de Virgem da Lapa**

A despeito da obrigatoriedade legal<sup>5</sup>, o município mineiro da região do Vale do Jequitinhonha optou por instituir a elaboração de seu PDP, processo este viabilizado pelo estabelecimento de parceria com a UFMG. A equipe técnica da universidade, responsável por orientar a elaboração do PDP, é composta por alunos e professor do curso de Engenharia Civil, alunos e técnicos da Escola de Arquitetura e alunos do curso de Comunicação Social. O suporte de comunicação prestado cumpre um papel

---

<sup>5</sup> O PD é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas com especial interesse turístico; situados em áreas que sofram interferência de empreendimentos ou atividades de forte impacto sócio-ambiental. Virgem da Lapa, no caso, além de ser uma cidade com pouco mais de 14.000 habitantes, não se enquadra em nenhuma das demais condições.



ordenador do processo, articulando os vários atores envolvidos na condução do PDP e norteando as ações de comunicação para mobilização social.

A partir da elaboração de um diagnóstico de comunicação, foi possível identificar e segmentar com clareza os públicos envolvidos e a serem mobilizados, mas foi crucial também para a identificação de uma série de especificidades caracterizou a estratégia de mobilização construída e implementada.

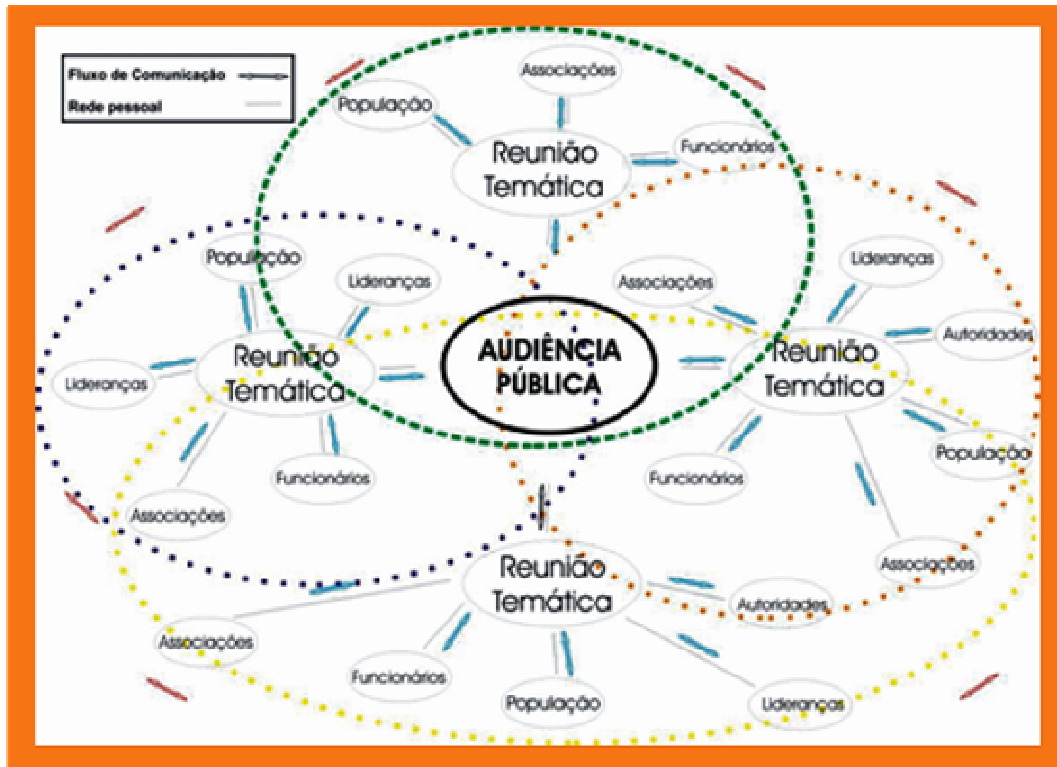
Nesse sentido, emergiram questões decorrentes da pouca experiência em processos participativos encontrada na população local, bem como a situação em que se encontrava o processo de elaboração do PDP. Desde o início, vinha sendo adotada uma estratégia de mobilização sem sucesso, em decorrência, tinha-se a desarticulação dos membros do Núcleo Gestor, que deveriam ser motivadores do processo, entre eles e deles com os integrantes da equipe técnica da UFMG. Ainda, o processo deveria transcorrer em período de tempo pouco extenso, em se tratando de mobilização social, seja em função do repasse dos recursos financiadores do Projeto de Extensão, assim como pela necessidade de coincidir o trabalho de mobilização com o andamento das atividades da equipe técnica.

A adoção da estratégia de mobilização social por áreas geográficas – audiências por bairros – associada à implementação de ações de comunicação que privilegiavam peças gráficas em detrimento de peças audiovisuais e práticas culturais condizentes com a realidade do município não gerou o esclarecimento suficiente dos conceitos básicos do Plano Diretor, bem como contribuiu para o baixo envolvimento e a pequena participação da sociedade e, até mesmo, para desarticulação do Núcleo Gestor.

Fazia-se, pois, urgente e necessário o estabelecimento de um plano de comunicação que determinava um modelo de mobilização sustentado nos vínculos pré-existentes com causa entre os agentes participantes, seja da administração pública ou sociedade civil, tendo como foco o aproveitamento das relações pessoais. A estratégia delineou ainda a constituição de espaços participativos com a organização de fóruns temáticos de discussão, denominados de Reuniões Temáticas, previamente a realização de um espaço amplo de participação e deliberação, a conferência.

Os funcionários da Prefeitura foram organizados em células temáticas, com respectivos coordenadores, preparando-os para mobilizarem as lideranças, associações e entidades municipais representativas em torno de um dos temas a serem trabalhados nas Reuniões Temáticas de Saúde, Educação, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e Assistência e Bem-estar Social. Posteriormente, a zona de abrangência do

processo de elaboração do PDP é expandida para toda a população com a realização das conferências e audiências públicas, além dos eventos relacionados ao Plano Diretor e outras ações de comunicação. Dessa maneira, o processo de mobilização se iniciou com um número menor de pessoas e ganhou adeptos ao longo dos meses, à medida que houve a implementação do Plano de Comunicação elaborado, conforme sintetizado na figura abaixo.



**Figura 1 – Estratégia de mobilização social para o Plano Diretor de Virgem da Lapa**

Ao se tratar de mobilização social, um dos fatores indispensáveis para o sucesso do processo se refere à disponibilidade de tempo suficiente para criar, junto aos segmentos de público, vínculos que os envolvam com a causa em questão. No espaço de tempo disponível, o esforço de comunicação preocupou-se em alcançar o maior número de pessoas, levando a elas a mensagem primária de que a cidade de Virgem da Lapa encontra-se no processo de elaboração do seu Plano Diretor. Foi possível, no entanto, junto a uma parcela menor de cidadãos virgolapenses, transmitir uma mensagem mais completa, levando o entendimento do que é o processo e de sua importância para o futuro da cidade.





Tais resultados foram alcançados com a elaboração e implementação de formas e canais de participação além daqueles previstos no Estatuto da Cidade e já descritos: reuniões, audiências públicas, debates e conferências. Para dar cabo ao propósito de democratização do planejamento da cidade, considerando sua natureza participativa, o plano de comunicação se compôs de ações que se aproveitaram das potencialidades culturais e de meios de comunicação condizentes com a realidade dos vários segmentos de públicos a serem acionados. Por exemplo, com base no alto índice de analfabetismo entre a população e o hábito local, o rádio foi adotado como principal meio para veiculação de programas adequados à construção do PDP de Virgem da Lapa. Pode-se citar também o envolvimento do grupo teatral na tarefa de mobilização social, utilizando-se da linguagem gestual e ritualística para transmitir pontos pertinentes ao PDP. Da mesma forma que o apelo às tradições e à cultura local foram a essência dos produtos das oficinas audiovisuais realizadas com os alunos da rede de ensino da cidade, na tentativa de se proceder a uma leitura da cidade.

### **O PDP no Orkut**

A concepção da comunidade do Plano Diretor de Virgem da Lapa no sítio de relacionamentos Orkut se sustenta no diagnóstico de comunicação e no mapeamento de públicos elaborados para o planejamento de comunicação para mobilização social. Com base neles, constatou-se que os jovens ocupam lugar estratégico no processo de elaboração do PDP, uma vez que representam o futuro da cidade e contam com uma vasta rede de relacionamentos que pode ser utilizada para transmitir informações sobre o processo em questão.

Foi detectado um grande número de internautas na localidade, tomando como base os números de *lan-houses* da cidade e de usuários delas, bem como a participação dos mesmos como membros de outras comunidades do Orkut. Nesse sítio de relacionamentos estão em vigência 30 comunidades<sup>6</sup> que se relacionam com a cidade de Virgem da Lapa, sendo que a maior delas, “Virgem da Lapa MG” conta com mais de 1.287 membros, seguida de “Adoro Virgem da Lapa” com quase 408 integrantes e “Gatos em Virgem da Lapa” com 322 membros.

---

<sup>6</sup> Atualizado em 13 de março de 2008.



As comunidades do sítio do Orkut disponibilizam uma série de ferramentas facilitadoras de interação, como a criação de fóruns de discussões e de enquetes, divulgação de eventos e envio de mensagens, além de permitir a postagem de comentários como “anônimo”, possibilitando que a opinião possa ser dada sem o medo de constrangimento ou cerceamento.

Parte integrante de um plano de comunicação composto de várias ações, a comunidade foi concebida como mídia auxiliar, contudo mais complexa; espaço alternativo e facilitador da participação popular. O caráter auxiliar se relaciona à acessibilidade restrita ao meio, já que nem todos têm Internet em casa, no trabalho ou condições de arcar com os custos para acessar de uma *lan-house*. Diz respeito ainda à necessidade de divulgação dela em outras ações de comunicação adotadas, com o intuito de estimular a adesão de novos membros e a participação nas discussões.

Com base nos subsídios fornecidos por uma pesquisa, ainda preliminar, é possível fazer algumas considerações a respeito da adoção da comunidade do Orkut como estratégia de mobilização social e espaço democrático de participação cívica. Foram realizadas entrevistas em profundidade, com roteiro semi-estruturado, com uma amostra de aproximadamente 10% do total de membros da comunidade. Além disso, entrevistou-se o responsável pela implementação e manutenção da comunidade, membro da sociedade civil integrante do Núcleo Gestor.

A comunidade “Plano Diretor de Virgem da Lapa” foi criada em 16 de abril de 2007 e até o dia 13 de março conseguiu reunir 100 membros, sendo que pouco mais de um terço dos membros se envolveram em algum tipo de discussão, seja no fórum de discussões quanto como respondentes da enquete criada. O perfil dos membros da comunidade comprova o apelo da estratégia junto ao segmento de público jovem e as informações do diagnóstico de comunicação que levaram à concepção da mesma. Mais da metade dos membros são jovens entre 15 e 19 anos e acessam a Internet em uma das *lan-houses* da cidade, sendo que 70% deles souberam da comunidade por intermédio de amigos e a quase totalidade diz ser a busca de informações e o interesse pelo tema os principais motivos para terem se tornado membros do espaço.

Além da divulgação natural na própria rede criada na comunidade e entre amigos, o seu moderador destaca que foi necessário realizar visitas às escolas e *lan-houses*, promoção durante as Reuniões Temáticas e nos programas de rádio. Essas duas últimas ações de divulgação permitiram ainda averiguar a existência de uma nítida relação entre a comunidade do Plano Diretor e a realização das outras ações do plano de



comunicação, por meio do aumento do número de membros da comunidade e das participações. O início da veiculação na rádio dos programas do Plano Diretor, que divulgava a existência da comunidade, elevou de 65 para 84 o número de integrantes da comunidade que, por sua vez, aumentou para 96 após a realização da 1.<sup>a</sup> Conferência do Plano Diretor. Por sua vez, se comparada, por exemplo, à outra ação de comunicação divulgada em conjunto com a comunidade do Orkut, a Sala do PDP de Virgem da Lapa, não se verificou o aumento no número de visitantes, que permaneceu inalterado.

Dos entrevistados, a maioria participa das discussões ou apenas lê, restando menos de 15% que não participam de forma alguma. Tal envolvimento dos integrantes da comunidade pode ser aferido pelo número de respostas aos tópicos do fórum de discussão ou na enquete criada, que obtiveram a manifestação de cerca de um terço dos membros.

Foram criados sete tópicos no Fórum da comunidade, sendo quatro deles são relacionados à leitura participativa da cidade, em que são tratados os problemas enfrentados e possíveis soluções para eles. A questão posta em “O que falta em nossa cidade” obteve 13 participações que citam desde a falta de investimentos em educação, saúde, lazer e infra-estrutura de forma ampla ou são mais específicos ao retratarem problemas vivenciados no cotidiano. Para exemplificar, tem-se a indicação da necessidade de construção de uma creche em um determinado bairro da cidade, a existência de um lixão à céu aberto em outro ou a sugestão para construção de bancos em uma rua íngreme que dá acesso ao hospital. Já, em “Você conhece sua cidade”, foram seis respostas referentes a aspectos positivos da cidade, como a tranqüilidade e a segurança, assim como outros pontos como a migração comum na região e parte da realidade de muitos virgolapenses que mudam de cidade, estado e até mesmo país. Em “O que você faria para melhorar nossa cidade” foram recebidas cinco contribuições, como a prontificação de um usuário para o trabalho voluntário em áreas como saúde, meio ambiente e segurança. Os demais tópicos e respectivas postagens são: “Deixe expresso aqui seu amor por Virgem da Lapa” (2), “Informativo do Plano Diretor” (1), “O que mais faz falta em nossa cidade:” (1), “Ganhadora da camisa do Plano Diretor” (2).

Na única enquete criada, “Para você o que é prioridade em Virgem da Lapa”, são relacionadas cinco áreas para serem escolhidas e alcançou 31 respostas. O item saúde lidera a lista com 35% dos votos, seguida pela educação (32%), segurança pública e lazer (12%) e cultura (6%).



O conteúdo das discussões e sugestões produzido pelos usuários da comunidade do Plano Diretor foi satisfatório e condizente com aquele originário de outros canais de participação, como caixa de sugestões da Sala do Plano Diretor e das Reuniões Temáticas (Pré-conferências), que somados a esses compõe a Leitura Comunitária. Para os entrevistados, as participações são sustentadas por questões pertinentes a realidade e poucos utilizam o canal simplesmente para tecer críticas sem respaldo. Esse é o caso, por exemplo, de uma participante que se vale do espaço para criticar o atual partido que administra a cidade, enaltecendo a família que ocupou a Prefeitura desde sua emancipação na década de 50.

Constatou-se que cerca de 60% dos participantes da comunidade listam-na como meio de conhecimento sobre o Plano Diretor, dentre os veículos e ações de comunicação adotados. O responsável pela comunidade salienta que *“A comunidade foi a coisa diferente, né. A comunidade abriu um espaço importante, com a participação das escolas e lan-houses da cidade. Ajudou a divulgar bastante a idéia do Plano Diretor para a sociedade”*.

Apesar disso, é preciso dizer que as informações disponíveis e criadas na comunidade não foram suficientes para gerar um entendimento satisfatório do que venha a ser o Plano Diretor entre os participantes, já que 70% responderam conhecer o processo sem, porém, saber explicar exatamente do que se trata. E, ainda, metade dos entrevistados julga importante um número maior de discussões acerca do Plano Diretor. Nesse sentido, cabe mencionar que os debates se restringiram aos tópicos criados pelo moderador da comunidade, membro do Núcleo Gestor, e que ele poderia ter incentivado permanentemente as discussões a partir das participações e com a proposição de novos assuntos.

No que se refere à adequação do canal ao segmento de público pretendido, conforme mencionado anteriormente, a ação conseguiu alcançar essa parcela da população. A comunidade se compõe de 60% de jovens entre 15 e 19 anos e 25% estão na faixa etária entre 20 e 30 anos. E ainda, dentre os aspectos destacados, um dos entrevistados reitera que a comunidade aproxima a discussão a respeito do PDP de Virgem da Lapa da população jovem da cidade.



## **Considerações finais**

A partir da experiência relatada e que está sendo vivenciada durante a elaboração do PDP de Virgem da Lapa, permite afirmar que a adoção de um canal alternativo para participação e para a aproximação de um segmento estratégico, por meio da criação da comunidade do Plano Diretor de Virgem da Lapa no Orkut foi exitosa. Com base no estudo preliminar que sustenta esse trabalho foi constatado que a maioria dos entrevistados inclui a comunidade dentre as fontes de informação sobre o Plano Diretor. O resultado da pesquisa evidenciou que a construção da comunidade do Plano Diretor propiciou um ambiente virtual de participação e discussão atrativo aos jovens da cidade. O segmento de público em questão, por meio das discussões acerca dos problemas vivenciados em Virgem da Lapa e suas soluções, contribuiu para a elaboração da Leitura Participativa da cidade.

No contexto que nos dispusemos a observar, no entanto, não podemos considerar que o impacto da utilização de uma ferramenta da Internet, no caso um sítio de relacionamentos, seja elemento suficiente para gerar, por si mesmo, um grande estoque de capital social. Fica patente, entretanto, que a inclusão desse elemento no processo de mobilização para o PDP teve um impacto que, embora ainda pequeno, dadas as condições de acesso, não pode ser desprezado. Constituiu, sem dúvida, um elemento a mais e que evidencia algum reforço no estoque de capital social existente na localidade, para o segmento de público mais jovem.

Finalmente, vale ressaltar que a experiência com o Orkut se insere em um paradigma comunicacional preocupado em ultrapassar o mero esclarecimento e prestação de contas à sociedade, voltando-se para o estabelecimento de políticas e estratégias de comunicação capazes de estimular a interação, a participação e a cooperação dos cidadãos no processo de debate cívico. O que demanda uma concepção de públicos que respeita a pluralidade social e gera cidadãos críticos capazes de intervir nas discussões relevantes.

## **Referências bibliográficas:**

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BOHMAN, J. *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy*. Cambridge, MIT Press, 1996.



BRASIL, Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo. Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. 2004.

ESTER, Peter & VINKEN, Henk. Debating *Civil Society On the Fear for Civic Decline and Hope for the Internet Alternative*. *International Sociology*, 18(4), pp.659–680, 2003.

HASWANI, Mariângela Furlan. Comunicação Governamental: em busca de um alicerce teórico para a realidade brasileira. IN: *Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas* Ano 3, nº 4 (1º Semestre 2006). São Paulo: GESTCORP/ECA/USP, 2006.

HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

NOVELLI, Ana Lucia Coelho Romero. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. IN: *Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas* Ano 3, nº 4 (1º Semestre 2006). São Paulo: GESTCORP/ECA/USP, 2006.

WELLMAN, B. & GULIA, M. *Virtual Communities as Communities: Net Surfers Don't Ride Alone*. In: M. A. Smith and P. Kollock (orgs.) *Communities in Cyberspace*, London and New York: Routledge, 1999. pp.167–94.

ZÉMOR, Pierre. *La Communication Publique*. PUF, Col. Que sais-je ? Paris, 1995.